



Câmara dos Deputados

Gabinete Deputada Talíria Petrone

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

Requer informações ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima sobre a atualização do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA).

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., com base no Art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos Arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Sra. Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, no sentido de esclarecer a esta Casa quanto ao processo de atualização do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), a fim de assegurar o desenho e implementação de políticas nacionais efetivas, com ênfase na gestão ambiental e territorial, garantindo a participação da sociedade civil neste processo.

JUSTIFICAÇÃO

Vivemos, globalmente, um cenário de intensificação das mudanças climáticas, que, como alerta o IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), irão provocar cada vez mais eventos climáticos extremos. Este cenário mostra a urgência de pautar políticas públicas que contenham medidas efetivas de adaptação, para responder aos efeitos destes eventos, de forma a proteger a vida das populações das cidades, da floresta e do campo. Os desastres ocorridos nos últimos três anos, decorrentes de enchentes e deslizamentos, evidenciaram as desigualdades sociais e territoriais dos impactos das mudanças climáticas, evidenciando o racismo ambiental nos territórios.

Eventos recentes que ocorreram em Bertioga, Rio Branco, São Sebastião, Petrópolis, Porto Alegre e Recife, quando chuvas de intensidades recordes na história do nosso país provocaram mortes, deslocamentos forçados e perdas, mostraram que, embora estes eventos já sejam previstos pela comunidade científica e alertados aos respectivos territórios, o poder público ainda não está preparado para se adaptar e mitigar os efeitos das chuvas. Apenas no ano de 2022, o Brasil registrou mais de 500 mortes decorrentes dos impactos de grandes volumes de chuvas em diferentes estados: Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Por outro lado, é preciso se atentar também para a necessidade de desenvolver medidas de adaptação e mitigação decorrentes de ondas de calor. Há mais de dez dias as grandes cidades do país vêm sofrendo com graves ondas de calor decorrente das mudanças climáticas, afetando a população mais vulnerável: crianças, idosos, trabalhadores informais e população de rua, estes últimos, formados em sua maioria por pessoas negras e indígenas.



Um levantamento realizado pelo CDP - *Disclosure Insight Action*, revelou que apenas sete estados brasileiros possuem planos de adaptação climática. Mesmo nesses casos, falta informação acessível para a população sobre esses documentos e indicações de ações efetivas, com orçamento garantido para medidas de adaptação e perdas e danos para as pessoas impactadas. Mesmo que a responsabilização das três esferas de governo seja necessária, o Plano Nacional de Adaptação Climática tem um papel fundamental de fornecer as diretrizes nacionais para o desenvolvimento dessas políticas públicas, de forma a conversar com a realidade dos territórios. Sendo possível garantir, a partir deste instrumento, a capacitação e formação dos servidores públicos locais, e da sociedade civil, para atuarem conjuntamente em seus territórios na implementação das políticas de adaptação climática que reduzam as desigualdades e acolham as pessoas mais impactadas.

O poder público precisa estar empenhado em destinar recursos diretos, com a devida fiscalização e monitoramento orçamentário, para subsidiar melhores condições de infraestrutura urbana, de moradia, de segurança alimentar para a população, de acesso à saúde, entre outros direitos básicos, de modo a reduzir as desigualdades que serão aprofundadas à medida que as crises climáticas se aprofundam no país. A atualização e efetivação do Plano Nacional de Adaptação precisam considerar que não podemos mais adiar os planos para lidar com eventos climáticos extremos e que eles não podem intensificar ainda mais as desigualdades e o racismo ambiental decorrentes de suas consequências. Além disso, é fundamental a inclusão, com transparência, de dados racializados durante toda a construção do plano, bem como a inclusão de cientistas negros e indígenas em sua elaboração.

Assim, solicitamos a aprovação deste requerimento e o fornecimento das informações.

Sala de sessões, 05 de outubro de 2022.

Dep. Talíria Petrone
PSOL/RJ

